

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS EMPRESAS INTEGRANTES DO SETOR FINANCEIRO E AFINS DA BM&FBOVESPA¹

Rodrigo Piber dos Santos²

Mariana M. S. Bonotto³

RESUMO

A contabilidade tem passado por diversas mudanças para adequar-se à forma de divulgação das informações financeiras das entidades a fim de atender às Normas Internacionais de Contabilidade. Devido a transformações políticas, econômicas e sociais, antigos padrões que respondiam apenas aos interesses dos acionistas requerem alterações para atender também aos anseios da sociedade em relação às instituições. Segundo Welter, Oberger e Vanzella (2005), essas mudanças contribuem para que as empresas recorram a novas estratégias buscando sua continuidade no mercado. Uma delas está relacionada à divulgação da responsabilidade social. Sendo assim, percebe-se a preocupação das entidades com relação à transparência, à responsabilidade social e à governança corporativa. Dentro desse tema, insere-se a demonstração de valor adicionado. Este estudo analisa de que forma as empresas do setor financeiro e afins listados na BM&FBovespa fazem a distribuição da riqueza gerada por meio da análise da demonstração do valor adicionado (DVA), estabelecendo uma comparação dentro do setor entre os segmentos que o compõem. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, em que foram examinadas as DVAs referentes aos exercícios 2011, 2012 e 2013 das instituições que compuseram a amostra. Os resultados da pesquisa revelam diferenças significativas entre os segmentos analisados. Tal fato não pode ser atribuído apenas à natureza do negócio das empresas; é também ocasionado pela diferença de prática corporativa das sociedades.

Palavras-chave: Demonstração de Valor Adicionado (DVA). Contabilidade. Distribuição do valor adicionado.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2014, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Aluno do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Artigo apresentado para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis. E-mail: <rpiber@hotmail.com>.

³ Orientadora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. E-mail: <mariana.bonotto@ufrgs.br>.

ANALYSIS OF VALUE ADDED DISTRIBUTION OF COMPANIES IN THE FINANCIAL AND RELATED SECTORS OF BM & FBOVESPA.

ABSTRACT

The accounting has undergone several changes to adapt to the way of reporting financial statements of entities in order to meet International Accounting Standards. Due to political, economic and social changes, the old patterns that answered only to the interests of shareholders need also to be adapted to meet social concerns in relation to the institutions. According to Welter, Oberger and Vanzella (2005), these changes led the companies to search for new strategies to ensure their continuity in the market. One of them regards to the disclosure of social responsibility. Thus, it is observed the concern of companies as to transparency, social responsibility and corporate governance. The value added statement (VAS) is within this issue. This study analyses how companies in the financial and related sectors listed on the BM & FBovespa distribute generated wealth through the analysis of the value added statement, comparing the segments that compose the sector. This is a descriptive, qualitative study, in which VAS for the years of 2011, 2012 and 2013 of companies that composed the sample were investigated. The results show meaningful differences among the considered segments. This fact cannot be assigned only to the nature of the companies, but also to the difference in corporate practice of societies.

Keywords: Value Added Statement (VAS). Accounting. *Value Added Distribution (VAD)*

1 INTRODUÇÃO

O mundo globalizado forçou as entidades a mudarem o modo de divulgação de suas informações contábeis. Anteriormente, o foco era o mercado financeiro e seus investidores; a tendência atual aponta para a valorização, por parte da sociedade, da publicação transparente dos demonstrativos contábeis. Segundo Nossa, Teixeira e Fiorio (2007), a contabilidade sempre foi influenciada pela realidade social e histórica vigente.

A necessidade de demonstrar a responsabilidade social é cada vez mais frequente nas empresas; elas procuram evidenciar suas ações sociais e ambientais. Há uma crescente preocupação nesse sentido para, além de atender à legislação, atender de igual forma aos anseios dos grupos interessados nas instituições que procuram organizações mais responsáveis socialmente. Nesse sentido, Tinoco (2009) afirma que é dever das organizações comunicar com exatidão os dados da sua atividade a fim de que a comunidade em que ela está inserida possa avaliar, compreender e até mesmo criticar sua atuação se for necessário.

Sendo assim, a contabilidade tem assumido cada vez mais um papel crucial para a continuidade das instituições. Conforme Marion (2006), a contabilidade é o grande instrumento no auxílio à tomada de decisões das organizações. É ela a responsável por coletar

os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados. Com base nas informações que podem ser extraídas dos demonstrativos contábeis, é possível verificar a situação em que se encontra determinada empresa.

Segundo a NBC TG 26 (CFC, 2009a), o conjunto completo de demonstrações contábeis é composto pelo balanço patrimonial ao final do período, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado (conforme NBC TG 09 – (CFC, 2008) – Demonstração do Valor Adicionado, se exigida legalmente ou por algum órgão regulador, ou, ainda, se apresentada voluntariamente), notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias, informações comparativas com o período anterior. A DVA nas Normas Internacionais não é obrigatória, entretanto a ONU incentiva a sua publicação.

Já a NBC TG 1000 (CFC, 2009b), aplicada às pequenas e médias empresas, afirma que o conjunto completo das demonstrações contábeis deve incluir balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas.

Cada uma das demonstrações contábeis tem suas particularidades; sendo assim, traz informações que servem de base para termos a noção da situação das empresas e de como é a sua política financeira, social e ambiental. Para Santos (2003), a DVA é a forma mais competente criada pela contabilidade como auxílio à medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição da riqueza de uma entidade. Tinoco e Moraes (2008) afirmam que a DVA evidencia de forma transparente o valor gerado pelas corporações e a sua divisão junto aos segmentos beneficiários.

Diante do exposto, elegeu-se para o presente estudo a seguinte questão de pesquisa: tomando por base as informações constantes nas demonstrações do valor adicionado das empresas listadas no setor financeiro e afins na BM&FBovespa, como se dá a distribuição da riqueza gerada entre os diversos segmentos de negócios?

Para responder ao problema proposto, o objetivo geral deste estudo é analisar de que forma as empresas dos diversos segmentos listados na BM&FBovespa fazem a distribuição da riqueza gerada por meio da análise da DVA, e estabelecendo uma comparação entre os segmentos.

Os objetivos específicos previstos para este estudo são comparar a distribuição da riqueza entre os segmentos; verificar a distribuição do valor adicionado entre os anos de 2011,

2012 e 2013 em cada um dos itens da DVA; analisar a DVA das empresas investigadas considerando as informações disponibilizadas; identificar, entre os segmentos pesquisados, quais demonstram maior preocupação social na distribuição do valor adicionado a distribuir dentre os itens da DVA.

O presente estudo justifica-se pelo fato de dar continuidade aos estudos realizados anteriormente por outros pesquisadores com referência à distribuição do valor adicionado. Também, contribui para verificar a distribuição no segmento pesquisado.

Em pesquisas sobre o tema, muitas são as incidências de estudos sobre DVA. Verifica-se a ocorrência de análises referentes à geração e distribuição da riqueza em determinado setor ou região definida ou, ainda, comparativo entre empresas estatais e privadas. Também há evolução histórica do demonstrativo contábil em estudo, relação com o Produto Interno Bruto, responsabilidade social relacionada à DVA, análise da relevância das informações disponibilizadas, proposta de modelo de DVA.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: além da introdução, são abordados, na seção 2, os principais conceitos necessários para o desenvolvimento da pesquisa e apresentados estudos sobre o tema; na seção seguinte, apresentam-se os procedimentos metodológicos; já na seção 4, os dados são demonstrados e analisados; por fim, na seção 5, é ponderada a conclusão.

2 ABORDAGEM CONCEITUAL

Esta seção apresenta, primeiramente, os referenciais necessários ao pleno entendimento da pesquisa, como conceituação e aspectos legais que envolvem a DVA. Em um segundo momento, são apresentados estudos anteriores, com o objetivo de enriquecer a pesquisa, alertar para a sua importância e possibilitar uma comparação.

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA é parte integrante do balanço social e tem como papel mostrar de que forma foi gerada a riqueza das empresas e como foi distribuída. Segundo Marion (2010), a DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu e de que forma se deu a distribuição (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) dessa riqueza gerada e quanto permaneceu retido na empresa.

Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) referem-se à importância da DVA na estrutura do Balanço Social como fundamental. Isso se deve por tal instrumento oferecer a oportunidade do surgimento de diversos indicadores para análises variadas, tanto em questões internas das empresas (para fins gerenciais) quanto nas externas.

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 diz que a DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos. Ela busca apresentar o quanto uma entidade contribui para a formação do Produto Interno Bruto (PIB). Por conseguinte, ela apresenta o quanto uma instituição agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

Iudícibus *et al.* (2013) referem-se à DVA como uma demonstração contábil que tem por objetivo principal informar o montante da riqueza criada de uma entidade e de como se deu a sua distribuição. Nesse raciocínio, ela se diferenciaria da demonstração de resultado do exercício, a qual tem outra forma de ser elaborada e apresentada.

Para Marion (2006), o valor adicionado ou valor agregado tenta evidenciar a quem as empresas estão canalizando a renda obtida. Ele exemplifica da seguinte forma: o valor que uma instituição acrescenta por meio de sua atividade seria um “bolo”; ora, o valor adicionado identifica a quem estão sendo destinadas as fatias do bolo e em que proporções.

Destarte, Miranda *et al.* (2002) tratam da diferenciação entre a contabilidade e a economia no conceito de valor adicionado. Para os economistas, o valor adicionado é mensurado pelas atividades econômicas de um país, por meio do seu Produto Nacional. Sendo assim, ele é medido em função da produção. Na contabilidade, valor adicionado é mais restrito, e em função das vendas.

2.2 LEGISLAÇÃO

Segundo Iudícibus *et al.* (2013), a demonstração do valor adicionado não tinha obrigatoriedade no Brasil até a promulgação da Lei n. 11.638/07 (BRASIL, 2007), que trouxe alterações na Lei 6.404/76. Dentre elas, tornou obrigatória para companhias abertas a elaboração e divulgação da DVA como parte das demonstrações contábeis a serem divulgadas ao final de cada exercício. Conforme a NBC TG 09, a DVA deverá ser apresentada se exigida legalmente ou por algum órgão regulador, ou, ainda, pode ser apresentada voluntariamente.

Antes dessa alteração na legislação, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) incentivava a sua elaboração e divulgação por meio do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/nº001/2007 e Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/nº001/2008. Nesse mesmo

sentido, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabeleceu procedimentos para evidenciação das informações a serem divulgadas por intermédio da NBC TG 09. Iudícibus *et al.* (2013) referem a não obrigatoriedade da publicação da DVA nas normas internacionais de contabilidade, ou seja, não faz parte das demonstrações obrigatórias. Apesar disso, o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a Organização das Nações Unidas (ONU) incentivam a sua elaboração e divulgação.

A nova redação do artigo 176 da Lei 6404/76, por meio da Lei 11638/07, traz o seguinte texto:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:
I – balanço patrimonial;
II – demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
III – demonstração do resultado do exercício; e
IV – demonstração dos fluxos de caixa; e
V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (BRASIL, 2007)

A NBC TG 09 indica que as entidades sob a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras entidades em que houver legislação que assim determine devem elaborar a demonstração do valor adicionado e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social.

Cabe à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 a atribuição de reger sobre a elaboração da DVA. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução n. 1055/2005. Ele tem como incumbência estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos relacionados à contabilidade. O CPC elabora o pronunciamento, porém a aprovação se dá por meio da entidade reguladora brasileira (Conselho Federal de Contabilidade – CFC). Portanto, por meio de resolução, o CFC faz o CPC virar NBC TG. O CPC 09 (2008) é o pronunciamento relacionado à demonstração de valor adicionado.

2.3 ESTRUTURA

A NBC TG 09 traz três modelos de DVA: o primeiro, para empresas em geral; o segundo, para instituições financeiras bancárias; e o terceiro, para seguradoras. Iremos apresentar, por ser objeto do presente estudo, os dois últimos modelos.

Quadro 1 - Modelo de demonstração do valor adicionado instituições financeiras bancárias

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1) RECEITAS		
1.1) Intermediação financeira		
1.2) Prestação de serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão (Constituição)		
1.4) Outras		
2) DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4) VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5) DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*		
9.1) Pessoal		
9.1.1) Remuneração direta		
9.1.2) Benefícios		
9.1.3) F.G.T.S.		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1) Federais		
9.2.2) Estaduais		
9.2.3) Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1) Aluguéis		
9.3.2) Outras		
9.4) Remuneração de capitais próprios		
9.4.1) Juros sobre o capital próprio		
9.4.2) Dividendos		
9.4.3) Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4) Participação dos não controladores nos lucros retidos (só para consolidação)		

Fonte: CFC, 2008

*O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.

Quadro 2 - Modelo de demonstração do valor adicionado seguradoras

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1) RECEITAS		
1.1) Receitas com operações de seguro		
1.2) Receitas com operações de previdência complementar		
1.3) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		
1.4) Outras		
1.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão (Constituição)		
2) VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		
2.1) Operações de seguro		
2.2) Operações de previdência		
3) RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (1+2)		
4) BENEFÍCIOS E SINISTROS		
4.1) Sinistros		
4.2) Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
4.3) Despesas com benefícios e resgates		
4.4) Variação da provisão de eventos ocorridos mas não avisados		
4.5) Outras		
5) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
5.1) Materiais, energia e outros		
5.2) Serviços de terceiros, comissões líquidas		
5.3) Variação das despesas de comercialização diferidas		
5.4) Perda / Recuperação de valores ativos		
6) VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)		
7) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
8) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)		
9) VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA		
9.1) Receitas financeiras		
9.2) Resultado de equivalência patrimonial		
9.3) Resultado com operações de resseguros cedidos		
9.4) Resultado com operações de cosseguros cedidos		
9.5) Outras		
10) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (8+9)		
11) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*		
11.1) Pessoal		

11.1.1) Remuneração direta		
11.1.2) Benefícios		
11.1.3) F.G.T.S.		
11.2) Impostos, taxas e contribuições		
11.2.1) Federais		
11.2.2) Estaduais		
11.2.3) Municipais		
11.3) Remuneração de capitais de terceiros		
11.3.1) Juros		
11.3.2) Aluguéis		
11.3.3) Outras		
11.4) Remuneração de capitais próprios		
11.4.1) Juros sobre o capital próprio		
11.4.2) Dividendos		
11.4.3) Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
11.4.4) Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CFC, 2008

*O total do item 11 deve ser exatamente igual ao item 10.

Verifica-se, por meio dos seus modelos, que a DVA é elaborada em duas partes: na primeira, há a geração da riqueza; na segunda, a distribuição dela. De acordo com o item 14 da NBC TG 09, a DVA apresenta em sua primeira parte, de forma detalhada, a riqueza criada. Para a distribuição da riqueza, os itens 30 e 33 da NBC TG 09 (referentes à DVA para instituições financeiras bancárias e para seguradoras) informam que as empresas devem apresentar detalhadamente como foi a distribuição da riqueza obtida.

Em virtude de o escopo deste trabalho ser a distribuição da riqueza, iremos detalhar apenas os principais componentes da distribuição do valor adicionado. Os componentes que formam a distribuição do valor adicionado (conforme a NBC TG 09) são pessoal; impostos, taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros; e remuneração de capitais próprios.

- Pessoal: valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de remuneração direta, benefícios, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Logo, correspondem à parcela destinada ao corpo funcional da empresa.

- Impostos, taxas e contribuições: valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições ao INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a

que a entidade esteja sujeita. Eles estão divididos em federais (IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS e contribuição sindical patronal), estaduais (ICMS e IPVA) e municipais (ISS e IPTU).

- Remuneração de capitais de terceiros: valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital. São apresentados por meio de juros, aluguéis e outros.

- Remuneração de capitais próprios: valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas. Deve evidenciar os juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos, lucros retidos e prejuízos do exercício e participação dos não controladores nos lucros retidos.

Conforme Iudícibus *et al.* (2013), as informações constantes na DVA são importantes para:

- analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa;
- permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo;
- auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, estado, país etc. em que se encontra instalada.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

Foram realizadas pesquisas referentes à demonstração de valor adicionado nos sítios das principais revistas de contabilidade no Brasil. Dentre elas, podem ser citadas Contabilidade & Finanças da FEA/USP, Revista Universo Contábil – FURB, Contabilidade Vista & Revista, Enfoque: Reflexão Contábil, REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Pensar Contábil, Revista ConTexto, Revista Brasileira de Contabilidade, Revista de Contabilidade do Mestrado da UERJ, entre outras. As consultas foram feitas entre 1º de setembro de 2014 e 10 de novembro de 2014; seguem os resultados.

Welter, Oberger e Vanzella (2005) analisaram a capacidade de geração e distribuição de riqueza de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. Os autores concluíram que a maior parte da riqueza destina-se para o governo, para os funcionários e para capital próprio, nessa sequência. Também, ressalta-se a importância, por intermédio dos

índices gerados da DVA, da importância da cooperativa no contexto da comunidade em que está inserida.

Santos, Chan e Silva (2007) buscaram identificar os possíveis impactos da privatização sobre a forma de distribuição de riqueza das empresas por meio da DVA. Foram verificadas modificações na geração da riqueza e na distribuição. Concluíram os autores que a demonstração de valor adicionado poderá ser um forte instrumento para a identificação de questões relacionadas à distribuição de renda.

Tinoco e Moraes (2008) averiguaram a DVA como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. Verificaram que a demonstração de valor adicionado é uma importante ferramenta para demonstrar a geração e distribuição da riqueza. Na DVA, evidencia-se de forma transparente o valor gerado pelas corporações. Os autores afirmam que ela tem poder de evidência superior a todas as outras demonstrações contábeis e financeiras.

Szymczak e Leão (2009) objetivaram evidenciar a DVA, no contexto da evolução da contabilidade, como indicador da contabilidade social ou nacional. Concluíram que o uso gradual da DVA gera muitos benefícios aos diversos interessados nas entidades.

Carmo *et al.* (2011) analisaram a DVA e a evidência de informações adicionais nas empresas brasileiras de capital aberto do setor sucroalcooleiro. Constataram que há uma lacuna entre a obrigatoriedade da publicação da DVA e a divulgação de informações adicionais que facilitem a sua compreensão.

Taiarol, Raimundini e Behr (2011) procuraram analisar e comparar a evolução do investimento social interno, valor adicionado gerado e receita operacional e líquida, bem como verificar se os investimentos sociais internos contribuíram para o aumento da receita e do valor adicionado das organizações bancárias brasileiras entre os anos 2000 e 2009. O resultado da pesquisa mostrou que os gastos com pessoal é um dos elementos capaz de aumentar as receitas e assim gerar maior riqueza para as organizações bancárias.

Follmann, Paiva e Soares (2011) analisaram a distribuição setorial do valor adicionado nas empresas do Novo Mercado da BM&FBovespa nos anos de 2008 e 2009. Os resultados levaram a uma indefinição quanto ao padrão de distribuição setorial. Isso ocorreu em virtude de diferenciação em alguns itens componentes da DVA entre um ano e outro.

Costa, Guimarães e Mello (2013) buscaram apresentar alguns dos benefícios advindos da compulsoriedade da publicação da DVA. Concluíram que a publicação das DVAs pelas companhias de capital aberto no Brasil constituiu-se de um importante avaliador da distribuição da riqueza das empresas para a sociedade, possibilitando a comparação dos indicadores entre empresas do mesmo ramo, dando auxílio à mensuração do Produto Interno

Bruto (PIB) e gerando um aumento das informações das sociedades à disposição dos seus usuários e interessados.

Almeida e Silva (2014) realizaram um estudo para verificar a qualidade das DVAs, do ponto de vista da comparabilidade, referentes ao exercício de 2011, elaboradas pelas companhias abertas industriais, comerciais e prestadoras de serviços. Constataram que, em relação à comparabilidade, à confiabilidade e à compreensibilidade de suas informações, ainda pode haver melhorias. Isso permitiria análises comparativas mais profundas e confiáveis a respeito da geração e distribuição do valor gerado pelas empresas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na presente seção, será descrito o método utilizado para desenvolver o estudo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é de cunho descritivo. Isso se deve ao fato de o trabalho fazer a comparação entre o que as empresas que serão analisadas divulgam em suas demonstrações contábeis, notas explicativas e o que é normatizado pelos órgãos competentes. Gil (1995) menciona que o objetivo primordial desse tipo de pesquisa é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Para Andrade (2001), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los; o pesquisador não pode interferir neles.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61-62),

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

Na tipologia de pesquisa quanto à abordagem do problema, optou-se pela pesquisa qualitativa. Segundo Beuren *et al.* (2010), a pesquisa qualitativa tem como objetivo destacar as características não observadas por meio de um estudo quantitativo (este é mais superficial em comparação ao qualitativo). Ainda para os autores, abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social.

Quanto aos procedimentos, optou-se pela pesquisa bibliográfica. Cervo, Bervian e Silva (2007) dizem que a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de

publicações já realizadas em artigos, livros, dissertações e teses. Ainda, afirmam que ela pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental.

Sendo assim, com o intuito de compor o presente trabalho, foi feita uma pesquisa no *site* da BM&FBovespa, entre os dias 13 e 16 de outubro de 2014, a fim de verificar as empresas listadas no setor financeiro e afins daquela Bolsa de Valores.

Temos listadas no *site* da BM&FBovespa (2014) 519 (quinhentas e dezenove) empresas. Destas, 144 (cento e quarenta e quatro) pertencem ao setor financeiro e afins.

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica documentação indireta. Os dados foram levantados a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas encerradas nos anos de 2011, 2012 e 2013, disponibilizadas no *site* da CVM. Foram considerados os últimos três anos na análise das DVAs. Logo, as instituições que não apresentaram o demonstrativo em algum dos anos não foram analisadas, por perderem a comparabilidade com as demais. Outro fator limitante se deve ao fato de algumas empresas não apresentarem valor adicionado a distribuir em algum dos períodos em questão; prudentemente, foram excluídos da amostra esses casos. O segmento “outros” também foi excluído por apresentar companhias com diversas atividades, diferentes umas das outras. Foram consideradas as DVAs consolidadas e as DVAs individuais nos casos de instituições que apresentam apenas demonstrativos contábeis individuais. Por fim, das 144 empresas que compõem o setor financeiro e afins, 74 efetivamente participaram deste estudo. O quadro 3 apresenta a composição de acordo com o número de empresas por segmento.

Quadro 3 - Número de empresas que compuseram a pesquisa, por segmento

SEGMENTO	NÚMERO DE EMPRESAS
Exploração de imóveis	10
<i>Holdings</i> diversificadas	5
Bancos	25
Outros intermediários financeiros	1
Sociedades de arrendamento mercantil	4
Sociedade de crédito e financiamento	3
Corretoras de seguros	1
Seguradoras	5
Securitizadoras de recebíveis	15
Gestão de recursos e investimentos	2
Serviços financeiros diversos	3
TOTAL	74

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Sendo assim, posteriormente à coleta de dados, partiu-se para a análise e interpretação deles.

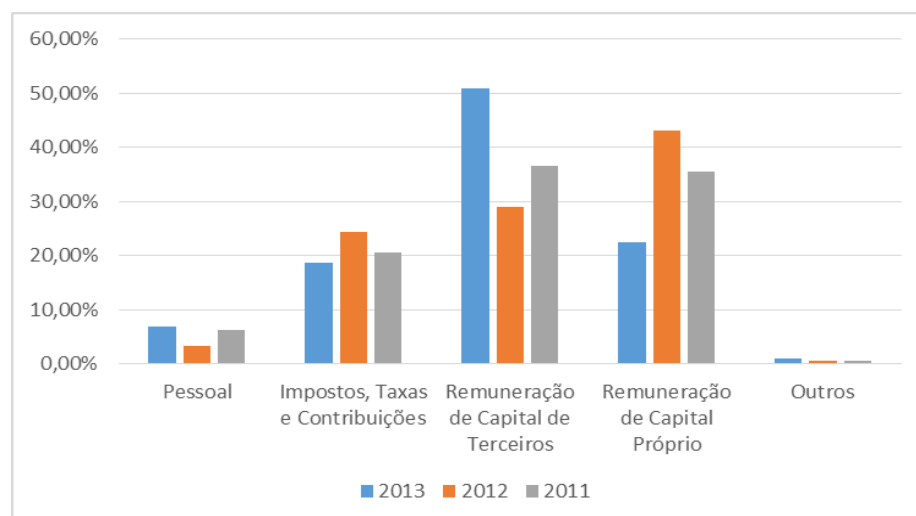
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, inicialmente são descritos e analisados os resultados de cada um dos segmentos que compõem a amostra; demonstradas suas peculiaridades. Logo após, os resultados obtidos são apresentados de maneira global, traçando-se uma comparação e evidenciando-se as situações representativas de toda a amostra.

4.1 ANÁLISE POR SEGMENTO

O segmento de exploração de imóveis apresenta empresas voltadas para a administração de imóveis, atividade de *holding*, compra, venda e incorporação de imóveis comerciais, arrendamento imobiliário, fundos de investimentos imobiliários, entre outras atividades. A maior destinação do valor adicionado a distribuir é para capital de terceiros e capital próprio. Em 2013, a remuneração do capital de terceiros chegou a ter mais de 50% de representatividade na distribuição da riqueza gerada. Impostos, taxas e contribuições também têm representatividade, com percentuais em torno de 20%. O item pessoal tem pouco percentual destinado, não ultrapassou 10% em nenhum dos anos tomados como base. O gráfico 1 apresenta a variação nos últimos três anos.

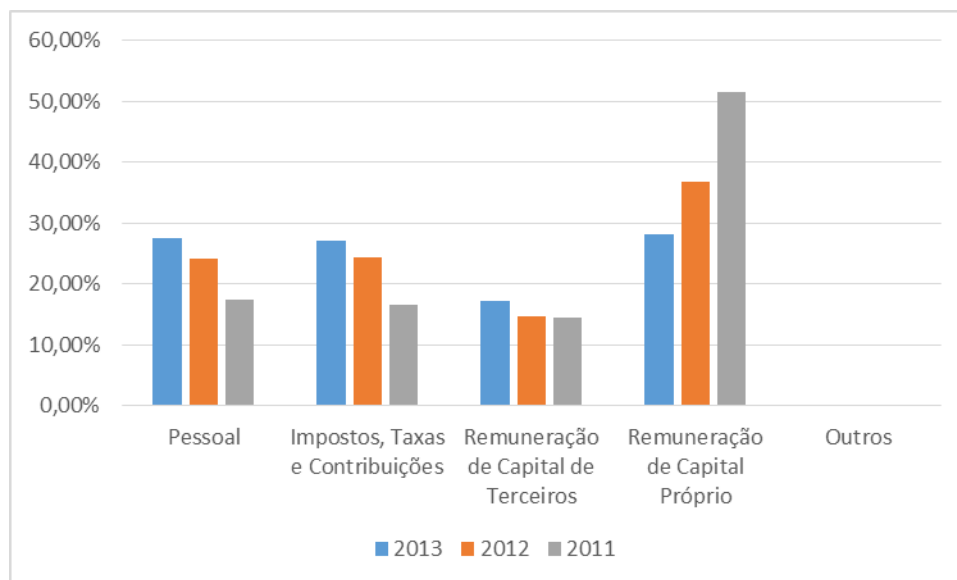
Gráfico 1 - Distribuição média da riqueza gerada – segmento exploração de imóveis



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

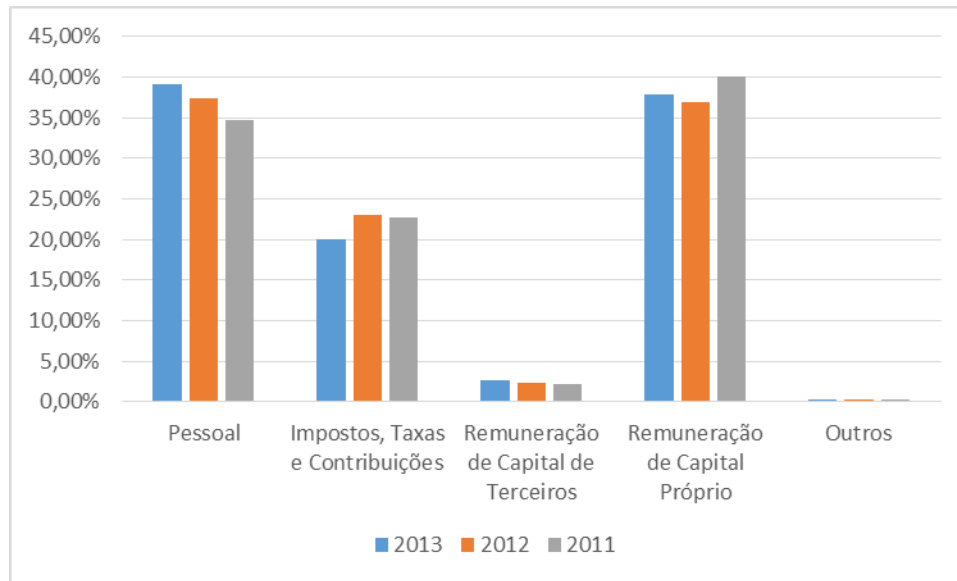
O segmento *holdings* diversificadas apresenta sociedades com participações como sócias ou acionistas em outras empresas. Percebe-se a maior remuneração para o capital próprio do valor adicionado a distribuir. Entretanto, o percentual que já atingiu patamares superiores a 50% tem baixado seu índice; em 2013, contou com um percentual em torno de 28%. Em contrapartida, merece destaque a migração para os itens pessoal e impostos, taxas e contribuições. Os percentuais estavam abaixo de 20% no primeiro ano analisado; a partir de 2012, passaram a estar perto de 24%; em 2013, ultrapassaram 27%. A remuneração de capital de terceiros manteve-se estável de 2011 para 2012, todavia teve um aumento considerável em 2013, obteve percentual de 17%. O gráfico 2 demonstra a evolução dos itens da DVA.

Gráfico 2 - Distribuição média da riqueza gerada – segmento *holdings* diversificadas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

No segmento bancos, encontram-se as instituições que desenvolvem as atividades de práticas bancárias em geral (carteiras comerciais, crédito, financiamento, investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil, etc.). O gráfico 3 mostra a distribuição da riqueza gerada no segmento bancos.

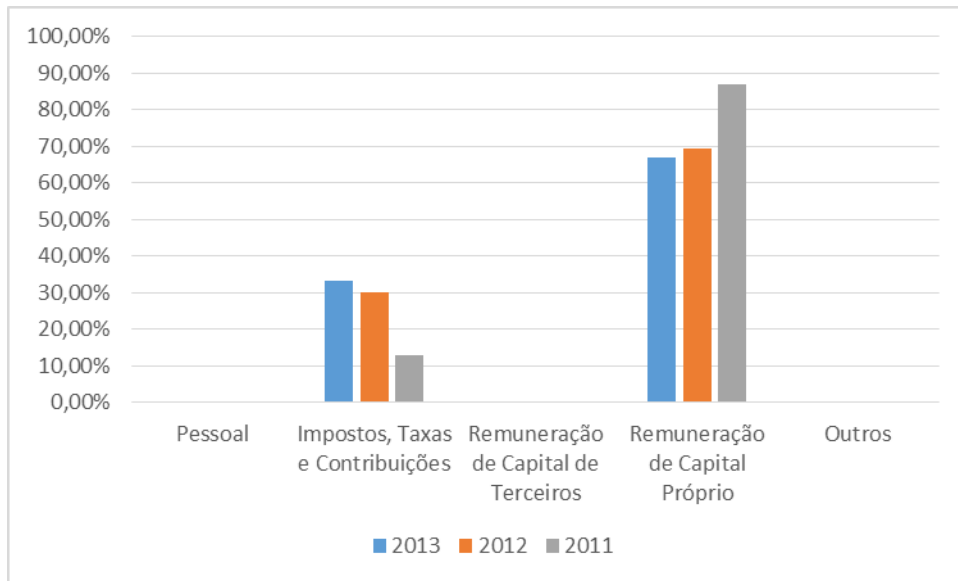
Gráfico 3 - Distribuição média da riqueza gerada – segmento bancos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Verifica-se a maior distribuição da riqueza gerada para os itens pessoal e remuneração de capital próprio. Desde 2011, o percentual do item pessoal tem aumentado, passando de 35% em 2011 para 37% em 2012, e para 39% em 2013. A remuneração do capital próprio tinha um percentual de 40%, passou para 37% em 2012 e voltou a subir em 2013, alcançando 38%.

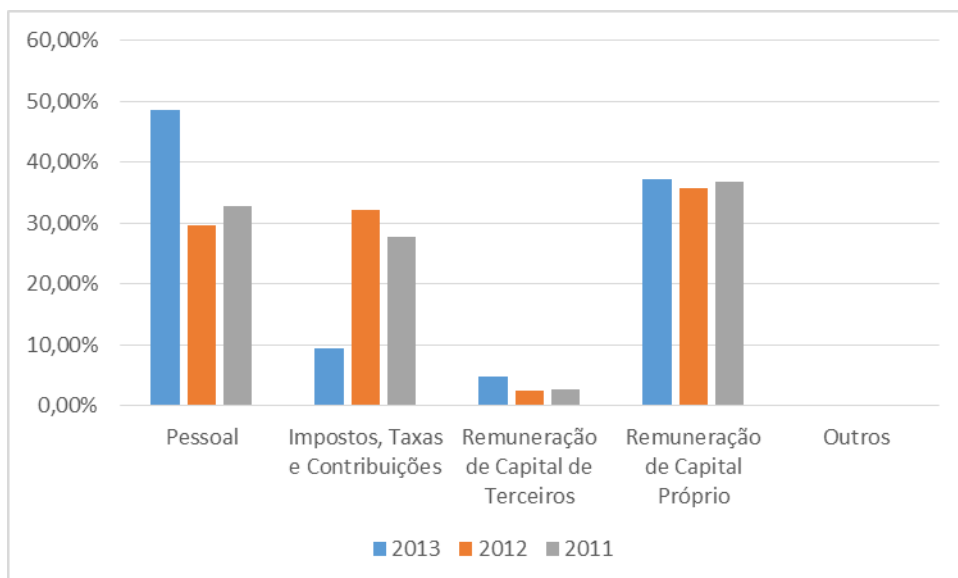
O segmento outros intermediários financeiros é composto por apenas uma empresa na amostra. Essa instituição atua com participação em outras sociedades. Na análise da empresa, constataram-se elevadas variações nos itens pessoal e remuneração de capital próprio. Para os itens impostos, taxas e contribuições e capital de terceiros, houve maior estabilidade. A análise fica prejudicada em virtude de esse ser um segmento composto por apenas uma companhia.

No segmento sociedades de arrendamento mercantil, a distribuição do valor adicionado se dá basicamente entre remuneração de capital próprio e impostos, taxas e contribuições. O percentual destinado ao capital próprio em todos os anos analisados ultrapassa 60%. Entretanto, o percentual do item capital próprio tem sofrido redução, e há uma migração para impostos, taxas e contribuições. Chama a atenção a baixa destinação de percentuais para o item pessoal. O índice é menor do que 1% nos três anos. O gráfico 4 apresenta as variações nos anos 2011, 2012 e 2013.

Gráfico 4 - Distribuição média da riqueza gerada – segmento sociedades de arrendamento mercantil

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

O segmento sociedade de crédito e financiamento tem como atividades crédito, financiamento e investimentos em bens e serviços e intermediação financeira. O gráfico 5 mostra o comportamento do valor adicionado distribuído.

Gráfico 5 - Distribuição média da riqueza gerada – segmento sociedade de crédito e financiamento

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

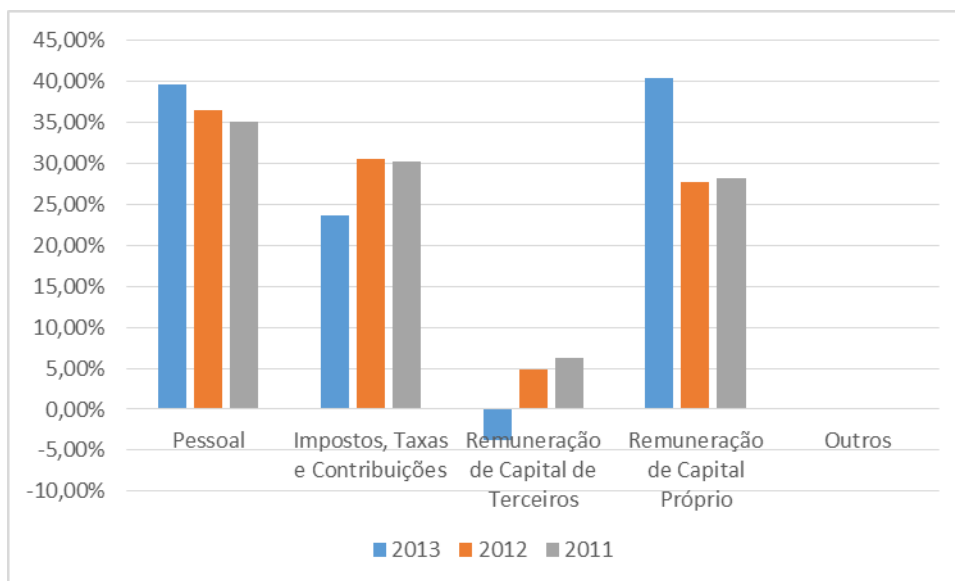
O item pessoal tem uma grande elevação em 2013, atingindo o percentual de 49%. Em contrapartida, impostos, taxas e contribuições foi item que teve um percentual de 9%. Sendo

assim, houve a migração dos valores de impostos, taxas e contribuições para o item pessoal. Nos anos de 2011 e 2012, o item impostos, taxas e contribuições teve percentuais 28% e 32%, respectivamente. O item remuneração de capital próprio tem se mantido acima de 35%.

O segmento corretoras de seguro é composto por apenas uma empresa. O item remuneração de capital próprio é o item de maior destaque. Os itens pessoal e impostos, taxas e contribuições também têm representatividade.

O segmento seguradoras atua com seguros, resseguros, previdência privada, capitação de recursos e assistência à saúde. Nesse segmento, os itens com maior participação na distribuição do valor adicionado são pessoal, impostos, taxas e contribuições e remuneração de capital próprio. O item pessoal apresenta uma melhora entre 2011 e 2013; o percentual de 2013 é 40%. O item remuneração de capital próprio teve grande elevação de 2012 para 2013; o percentual deste segundo ano é 40%. Já o item impostos, taxas e contribuições teve uma baixa de 2012 para 2013; passou de 31% para 24%. O gráfico 6 apresenta a distribuição média gerada do segmento.

Gráfico 6 - Distribuição média da riqueza gerada – segmento seguradoras

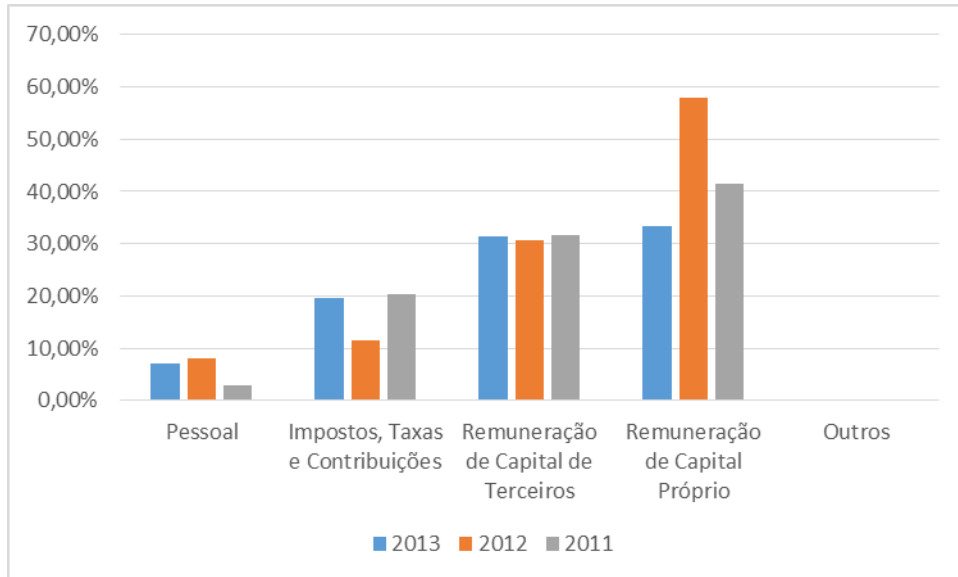


Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

O segmento securitizadoras de recebíveis atua com a aquisição de créditos imobiliários, emissão e colocação no mercado financeiro de certificados imobiliários, gestão e administração de carteiras de crédito imobiliário. Nesse segmento, a remuneração do capital próprio tem a maior fatia na distribuição do valor adicionado. Contudo, após atingir em 2012 um percentual de 58%, em 2013 alcançou 33%. A remuneração do capital de terceiros se

manteve perto dos 30% nos três anos analisados. O gráfico 7 demonstra a distribuição do valor adicionado do segmento.

Gráfico 7 - Distribuição média da riqueza gerada – segmento securitizadoras de recebíveis

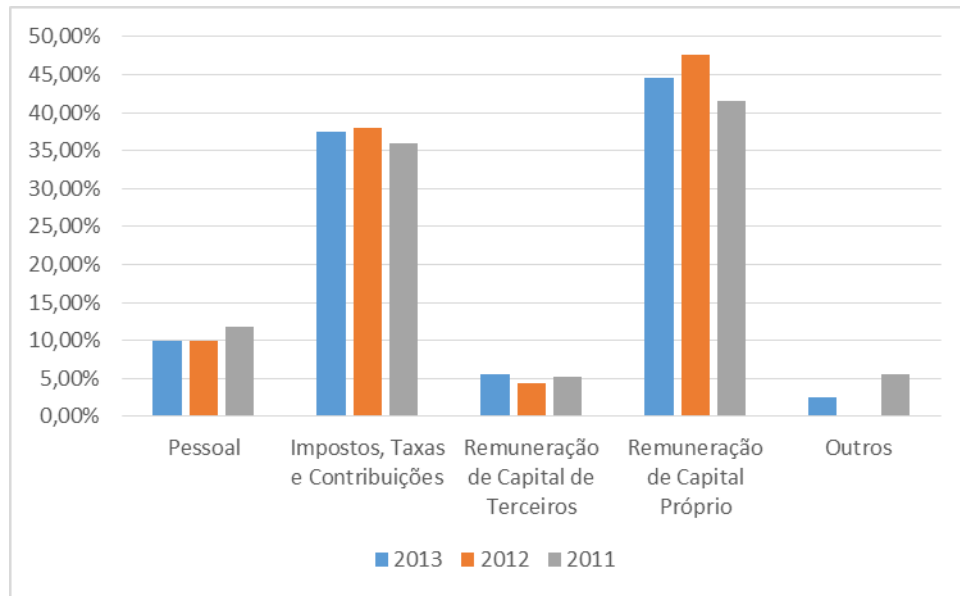


Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

No segmento gestão de recursos e investimentos, temos as empresas de participações, *holdings* de companhias que atuam como veículos de investimentos, investimentos alternativos, entre outros. Os percentuais do segmento têm grande variação no ano de 2012 por conta de valores negativos no item impostos, taxas e contribuições.

O segmento serviços financeiros diversos compreende as instituições responsáveis por administrar mercados organizados de títulos, valores mobiliários e contratos derivativos e empresas prestadoras de serviços de adquirência e meios de pagamento. Nesse segmento, a remuneração de capital próprio tem a maior participação na distribuição do valor adicionado; para todos os anos analisados, o percentual esteve acima de 40%. O segundo item com maior participação é impostos, taxas e contribuições; os percentuais estão entre 35% e 40%. O gráfico 8 mostra a variação da distribuição do valor adicionado dos últimos três anos.

Gráfico 8 - Distribuição média da riqueza gerada – segmento serviços financeiros diversos



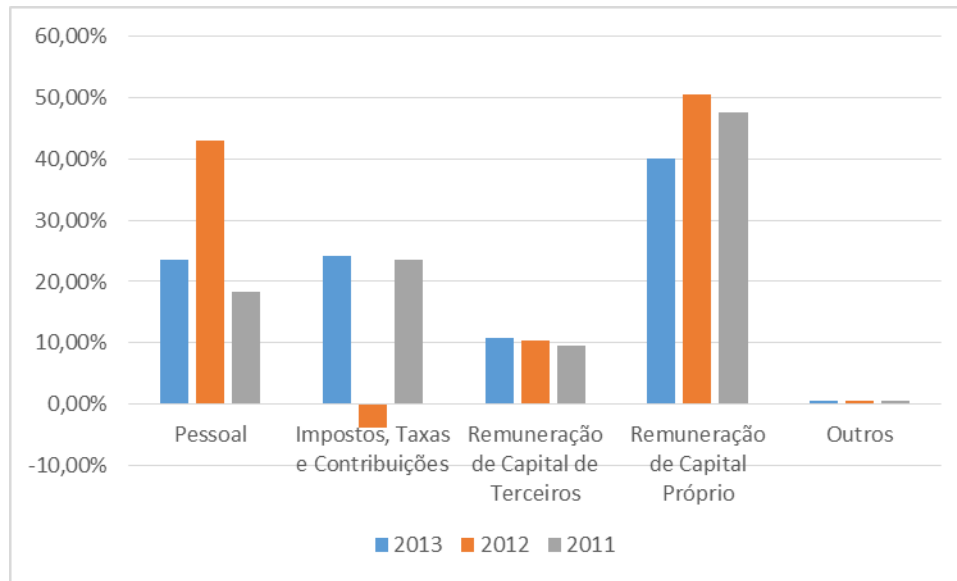
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

O item pessoal esteve perto dos 10% em todo o período. A remuneração de capital de terceiros ficou em torno de 5%. O segmento teve a menor variação nos anos analisados entre os itens de distribuição de valor adicionado.

4.2 COMPARAÇÃO DOS DADOS ENTRE OS SEGMENTOS

Nas variações dos percentuais de cada um dos itens que integram a distribuição do valor adicionado entre os segmentos que integram o setor financeiro, algumas informações relevantes foram encontradas. O gráfico 9 mostra a média de distribuição do valor adicionado do setor financeiro e outros.

Gráfico 9 - Distribuição média da riqueza gerada – setor financeiro e afins



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Com isso, podemos destacar os segmentos que tiveram percentuais maiores do que as médias. No item pessoal, no ano de 2011, tivemos cinco segmentos com percentuais maiores do que a média, com destaque para seguradoras e bancos, com 35%, e outros intermediários financeiros e sociedades de crédito e financiamento, com 33%. Em 2012, há uma variação grande para mais em virtude de valores do segmento gestão de recursos e investimentos; logo, temos uma média um pouco maior nesse do que nos outros anos. Apenas dois segmentos conseguiram ultrapassar a média: outros intermediários financeiros e gestão de recursos e investimentos. Destacam-se, ainda, bancos e seguradoras, com 37%; sociedades de crédito e financiamento, com 30%; e corretora de seguros, com 29%. No ano de 2013, sociedades de crédito e financiamento alcançou 49%; outros intermediários financeiros, 41%; seguradoras, 40%; bancos, 39%; corretora de seguros, 31%; e *holdings* diversificadas, 27%. De todos os segmentos, o de menor percentual é sociedades de arrendamento mercantil.

O item impostos, taxas e contribuições, no ano de 2011, apresenta o segmento serviços financeiros com 36%; seguradoras, 30%; outros intermediários financeiros, 29%; sociedades de crédito e financiamento, 28%; e gestão de recursos e investimentos, 25%. Em 2012, em virtude da variação negativa do segmento gestão de recursos e investimentos, a média ficou negativa. Todavia, quatro segmentos obtiveram percentuais acima de 30%. Serviços financeiros diversos, com 38%, obteve o maior índice, seguido de outros intermediários financeiros, com 33%; sociedades de crédito e financiamento, 32%; seguradoras, 31%; e sociedades de arrendamento mercantil, 30%. Para 2013, temos serviços financeiros com 37%,

sociedades de arrendamento mercantil com 33%, outros intermediários financeiros com 30%, *holdings* diversificadas com 27% e gestão de recursos e investimentos com 25%.

A remuneração de capital de terceiros apresenta dois segmentos com destaque entre 2011 e 2013: exploração de imóveis e securitizadoras de recebíveis. Este teve percentuais entre 30% e 31%; aquele teve 37% em 2011, 29% em 2012 e 51% em 2013.

Na remuneração de capital próprio, dois segmentos destacam-se: sociedades de arrendamento mercantil e gestão de recursos e investimentos. Outros segmentos importantes são corretora de seguros e serviços financeiros diversos. Em virtude do alto percentual dos dois primeiros citados, a média do item remuneração de capital próprio é alta.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi analisar a distribuição do valor adicionado entre os segmentos que integram o setor financeiro e afins da BM&FBovespa. Assim, neste estudo, foram analisadas as demonstrações do valor adicionado disponíveis no *site* da CVM das empresas que compuseram a amostra.

A partir da coleta dos dados referentes à distribuição do valor adicionado, foi possível traçar um panorama por ano de cada um dos segmentos em questão; verificou-se a variação de perfil de cada um deles. Os itens com maior representatividade em algum segmento não são necessariamente tão expressivos na distribuição da riqueza gerada em outro.

Pelos gráficos apresentados e também pelos períodos estudados, não se pode afirmar que existe um comportamento padronizado com relação à participação na distribuição do valor adicionado dentro ou entre os segmentos. Tal fato também pode ser observado na coleta dos dados individuais das DVAs; alguns itens sofreram variações bastante expressivas de um ano para outro.

Após a análise dos segmentos de forma individual, foi realizada a análise do setor como um todo. Conforme o gráfico 9, o item de maior representatividade em todos os anos é remuneração de capitais próprios. Impostos, taxas e contribuições esteve em segundo lugar em 2011 e 2013. O item pessoal está à frente do item remuneração de capital terceiros em todos os períodos.

Como limitação da pesquisa, pode-se destacar o fato de esta ter sido aplicada apenas ao setor ora referido. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação do estudo em diferentes setores, e o cruzamento dos dados entre eles. Interessante também seria analisar o comportamento dos índices em um intervalo de tempo maior.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. L.; SILVA, A. H. C. Demonstração do valor adicionado (DVA): uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.95-110, jan./abr. 2014.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BEUREN, I. M.; LONGARAY, A.A.; RAUPP, F.M.; SOUSA, M.A.B; COLATO, R.D.; PORTON, R.A.B. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2010.
- BM&FBOVESPA. **Institucional**. 2014. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 13 out. 2014.
- BRASIL. Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 14 out. 2014.
- CARMO, C. R. S.; LIMA, I.J.; FERREIRA, M.A.; OLIVEIRA, R. Demonstração do valor adicionado: evidenciação de informações adicionais nas empresas brasileiras de capital aberto do setor sucroalcooleiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.13-29, maio/ago. 2011.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 09 – Demonstração do valor adicionado**. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 5 out. 2014.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado**. 2008. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 15 out. 2014.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 26 – Apresentação das demonstrações contábeis**. 2009a. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001185>. Acesso em: 5 out. 2014.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. 2009b. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc>. Acesso em: 15 out. 2014.
- COSTA, C. L. O.; GUIMARÃES, T. R.; MELLO, L. C. B. B. Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas empresas de capital aberto. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.77-93, set./dez. 2013.

FOLLMANN, D. A.; PAIVA, K. S. E.; SOARES, S. V. Distribuição do valor adicionado nas empresas do novo mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Sousa, v.1, n.2, p.101-117, set./dez. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2013.

NOSSA, S. N.; TEIXEIRA, A. J. C.; FIORIO, S. L. Uma abordagem epistemológica da pesquisa contábil sobre balanço social e demonstração do valor adicionado. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v.1, n.2, p.71-93, maio/ago. 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P.; OLIVEIRA, A. B. S. Informações evidenciadas no balanço social: as percepções dos gestores de forma comparada à literatura. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.1, n.7, p.61-80, jan./jun. 2007.

MIRANDA, L. C.; SILVA, A.P.F.; RAMOS, W.J.O.; SOUZA, E.X. Análise financeira da demonstração do valor adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.13, n.3, p.71-92, dez. 2002.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, A.; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.3, n.1, p.06-21, maio/ago. 2007.

SZYMCZAK, M.; LEÃO, S. E. A importância da demonstração do valor adicionado (DVA) no ambiente econômico e social brasileiro. **Revista Contabilidade & Amazônia**, Sinop, v.2, n.1, p.67-77, jan./dez. 2009.

TAIAROL, S. M.; RAIMUNDINI, S. L.; BEHR, A. Indicadores sociais internos e a geração de valor adicionado: uma análise da relação do balanço social e da demonstração do valor adicionado em bancos brasileiros. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Sousa, v.1, n.2, p.82-100, set./dez. 2011.

TINOCO, J. E. P.; MORAES, P. E. Uso da demonstração do valor adicionado – DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. **&Gesta – Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, Santos, v.4, n.1, p.1-32, jan./mar. 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade públicas das organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

WELTER, E.; OBERGER, R.; VANZELLA, C. R. A demonstração do valor adicionado – DVA: um estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. **Revista Ciências Empresariais da Unipar**, Toledo, v.6, n.2, p.187-202, jul./dez. 2005.